

CARTA ABERTA SOBRE O PLANO DIRETOR DO IEEA

A SEAERJ, o CLUBE DE ENGENHARIA, o CREA-RJ, o CAU/RJ, o SENGE-RJ, a FISENGE e o SARJ vem advogar a urgente implementação do Plano Diretor para o fortalecimento institucional do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro – IEEA como órgão estratégico para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, nos termos em que foi editado em fevereiro de 2020.

Sabemos que o crescimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro demanda a modernização do Estado e ações relevantes da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Cartografia, Geologia e Geografia públicas. O IEEA é o Instituto Estadual que congrega estes profissionais com a missão de prestar serviços aos órgãos e entidades da administração pública. Com um contingente multidisciplinar de 240 profissionais pode aumentar a capacidade e a eficácia do poder executivo em liderar as transformações, sociais, econômicas e tecnológicas necessárias ao desenvolvimento do Estado.

O ineditismo trazido por esta visão do IEEA está em ser um Órgão Estadual responsável por realizar as funções precípua da Engenharia e Arquitetura públicas, essenciais e exclusivas de Estado, em defesa dos interesses da administração pública e da sociedade em geral, com autonomia técnica, administrativa, orçamentária e financeira; primando pela profissionalização e valorização do servidor, prestando inclusive apoio técnico aos municípios.

O Governo do Estado, diante da necessidade de postergar a Lei de Recuperação Fiscal - LRF, encaminhou mensagem à ALERJ com o Projeto de Lei nº 2.419/2020 objetivando retomar o Programa Estadual de Desestatização e as análises de reestruturação administrativa do Estado. Este Projeto de Lei revoga os artigos da Lei nº 7941 de 2018 que vedam a inclusão no pacote de desestatização de órgãos como o IEEA e outros das áreas de engenharia, arquitetura, social, cultural e de educação e pesquisa.

Neste momento em que se apresentam propostas de desestatização, de reestruturação administrativa e de extinção de órgão e empresas públicas, é oportuno fazer um esforço no sentido de congregar as funções estratégicas, projetuais, referenciais, reguladoras e fiscais características de Estado em um órgão técnico capaz, que proporcionará a racionalização e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Os recursos humanos, materiais e tecnológicos estarão congregados no IEEA e à disposição para alocação onde e quando necessário.

Em momentos de emergência ou necessidade suprema e abrupta, lá estarão os profissionais do IEEA para atender ao Governo e à Sociedade como, por exemplo, em 2011, nas ocorrências de acidentes naturais extremos na Região Serrana do Estado, onde inúmeros levantamentos e atendimentos se deram por meio de profissionais qualificados do IEEA.

O incentivo à cooperação técnica entre órgãos governamentais, universidades, centros de tecnologia e empresas de ponta propiciará a oportunidade de analisar propostas de investimentos no Estado e desta forma será possível efetivar, também, a requalificação profissional dos servidores do Estado para novas e diversas funções; criando um quadro altamente qualificado no IEEA a disposição de todo o Governo.

Pelo exposto, a consolidação da função estratégica do IEEA é preponderante para que o Estado possa contar com um Instituto inovador, que terá sua sustentabilidade garantida pelo grande volume de investimentos a serem implementados para o crescimento do Estado do Rio de Janeiro.